

Brasília (DF), 27 de agosto de 2020

## **Nota pública do CFESS sobre os problemas do “Renda Brasil” e a adesão à campanha nacional Renda Básica que Queremos**

Diante do debate emergente e recente em torno da proposta do programa “Renda Brasil”, que se apresenta preliminarmente com a possibilidade de extinção de benefícios no âmbito da assistência social e previdência social, o CFESS vem a público manifestar suas preocupações acerca do que vem sendo anunciado pelo governo à imprensa.

Mesmo diante da recente “suspensão” do projeto, anunciada pelo governo no dia 26 de agosto de 2020, o que tem sido ventilado pela equipe econômica do governo Bolsonaro até então é o seguinte: a criação do “Renda Brasil” resultaria na unificação (ou extinção) de benefícios como o abono salarial, que é pago ao fim do ano, como uma espécie de 13º salário, a trabalhadores/as que recebem em média até dois salários mínimos mensais; e na extinção do salário família, pago a trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda que têm filhos com até 14 anos ou com deficiência, e do seguro-defeso, destinado a pescadores artesanais em período de pesca proibida. Ou seja, uma proposta de restrições no campo de direitos do trabalho.

Sobe a alegação de que estes benefícios são de “menor eficiência”, o governo pretende alterar o formato atual desses benefícios para que os recursos que vinham sendo alocados neles sejam destinados a um único programa de transferência de renda.

Deste modo, a proposta do governo do “Renda Brasil”, portanto, é se apropriar dos avanços do Sistema Único de Assistência Social (Suas), desarticulando-a das demais garantias já afiançadas no Suas e das demais políticas de Seguridade Social.

Foi noticiada também uma proposta de redesenho do fundo de combate à erradicação da pobreza, transferindo ativos desses fundos para o programa “Renda Brasil”. E outros programas sociais, como a Farmácia Popular, que garante descontos para pessoas de baixa renda na aquisição de medicamentos, também estão em avaliação e podem vir a compor o orçamento do programa “Renda Brasil”, o que representa um imenso retrocesso em direitos já garantidos.

Ademais, com o “Renda Brasil”, o governo aponta uma reformulação e reconfiguração, sem qualquer diálogo com a sociedade, no campo da proteção social que o Suas, de forma articulada intersetorialmente, vem efetivando. Ou seja, sem ouvir a sociedade civil organizada, como os Conselhos, Fóruns e Frentes, o legislativo e categorias profissionais que, historicamente, têm feito o debate e a defesa dos direitos nessa área, inclusive do Programa Bolsa Família, hoje o maior programa de transferência de renda no Brasil em número de beneficiários/as.

É evidente que, ao propor a criação do programa “Renda Brasil” e a extinção do Programa Bolsa Família, o governo Bolsonaro busca capitalizar para si a popularidade e os ganhos políticos e eleitorais que um programa de transferência de renda possa vir a gerar.

As divergências nas falas de Bolsonaro e sua equipe econômica, divulgadas essa semana, não alteram o núcleo central e a insuficiência da proposta frente à necessária estruturação da proteção social no país. Permanece distante da perspectiva de renda universal, viabilizadora de segurança de renda.

Além disso, a fala governamental mantém a insegurança quanto aos outros programas, valores da renda e fontes de recursos. Aventa-se um valor apenas um pouco maior, porém ainda muito aquém do necessário, e, ao mesmo tempo, fala-se também em mexer em imposto de renda de pessoas físicas para garantir esse valor irrisório.

O discurso sobre as fontes de recursos continua não tocando na taxaço das grandes fortunas, no fim do ajuste fiscal ou em soluções para o histórico desfinanciamento das políticas sociais.

Outro ponto evidente é que o governo busca enfraquecer o debate em torno da renda básica universal, que tem sido promovido por vários sujeitos sociais e políticos, tanto no âmbito de organizações, quanto do próprio parlamento brasileiro. Têm surgido vários debates e propostas de programas de renda básica universal, indicando a necessidade urgente de ações que busquem enfrentar o crescimento da pobreza, da desigualdade e do desemprego em decorrência da Covid-19.

Cabe resgatar também a recente aprovação pelo Congresso Nacional, em abril deste ano, da Medida Provisória (MP 905), conhecida como “MP da Carteira Verde e Amarela”, que regulamenta contratos precários de trabalho e sem direitos, cujas medidas também estão associadas ao programa “Renda Brasil”.

Ou seja, o governo ventila explicitamente um programa de transferência de renda de natureza clientelista aliado à total desproteção do trabalhador e trabalhadora.

O CFESS representa uma categoria de mais de 190 mil profissionais que sempre contribuiu para a construção da Política de Assistência Social. Por isso, seguiremos, juntos com outros sujeitos coletivos, na defesa de uma renda básica de cidadania universal, viabilizadora do direito à segurança de renda não condicionada, de caráter não-contributivo.

Consideramos fundamental a promoção de debates junto à categoria profissional, buscando acumular subsídios para incidência política para a sua efetivação, e as necessárias articulações e participação em espaços de controle social, fóruns e frentes em defesa do Suas e da Seguridade Social, e reforçamos também a importância de nos somarmos à campanha nacional **Renda Básica que Queremos**.